

Um ano à espera da decisão do STF sobre pejetização



» VALDIR FLORINDO
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT/SP) e presidente honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT)

"Se ninguém me pergunta, eu sei; mas, se quero explicá-lo a quem me pergunta, já não sei." Foi assim que Santo Agostinho, no século 4, confessou sua perplexidade diante do tempo. Todos sabemos o que o tempo é enquanto ele passa: sentimos sua duração, percebemos sua espera, contamos seus dias, sofremos seus atrasos. Mas defini-lo é sempre mais difícil. Mais de 15 séculos depois, essa dificuldade reaparece, de outro modo, em uma das maiores controvérsias trabalhistas hoje submetidas ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 14 de abril de 2025, foi determinada a suspensão nacional dos processos que discutem a chamada "pejetização" — isto é, a contratação de trabalhadores por meio de pessoa jurídica, debatida no Tema 1.389 da repercussão geral. Houve audiência pública, especialistas foram ouvidos, os argumentos amadureceram. Ainda assim, mais de um ano se passou, os processos permanecem suspensos e a definição de mérito segue adiada. Um ano é tempo de muita coisa. Eu já tenho netos, e todos que acompanharam de perto

uma criança sabem o quanto cabe em um ano. A criança aprende a sustentar a cabeça, depois o tronco, depois o corpo inteiro; ensaia o primeiro engatinhar, cai, insiste, levanta e, um dia, sem aviso, solta as mãos que a amparavam e caminha. O choro vira sílaba, a sílaba vira palavra e já identificamos alguma fala. Aprende que há um colo que pode ir, mas volta, reconhece vozes no escuro e identifica um lugar como seu lar. Em um ano, uma criança descobre o mundo.

Para muitos trabalhadores e empresários, esse ano passou sem a definição que buscavam. Permanece em aberto a natureza jurídica dessas contratações: há relação de emprego, trabalho autônomo ou atividade empresarial legítima? Enquanto a resposta não vem, trabalhadores não sabem se pertencem ao campo de proteção do direito do trabalho, e empresários ficam sem saber se o modelo adotado será válido, planejam sem horizonte seguro, provisionam passivos que talvez não existam — ou descubrem tarde demais aqueles que existiam. O impacto da suspensão já é expressivo. Segundo os dados mais recentes do Painel de Gestão de Precedentes da Justiça do Trabalho, há 60.498 processos suspensos em razão do Tema 1.389 apenas nesse ramo do Judiciário. São dezenas de milhares de histórias à espera de uma resposta.

Essa espera altera comportamentos, orienta escolhas econômicas, adia projetos de vida e dificulta a busca de soluções diretamente pela sociedade. Quando milhares de processos ficam paralisados, a dúvida deixa de pertencer

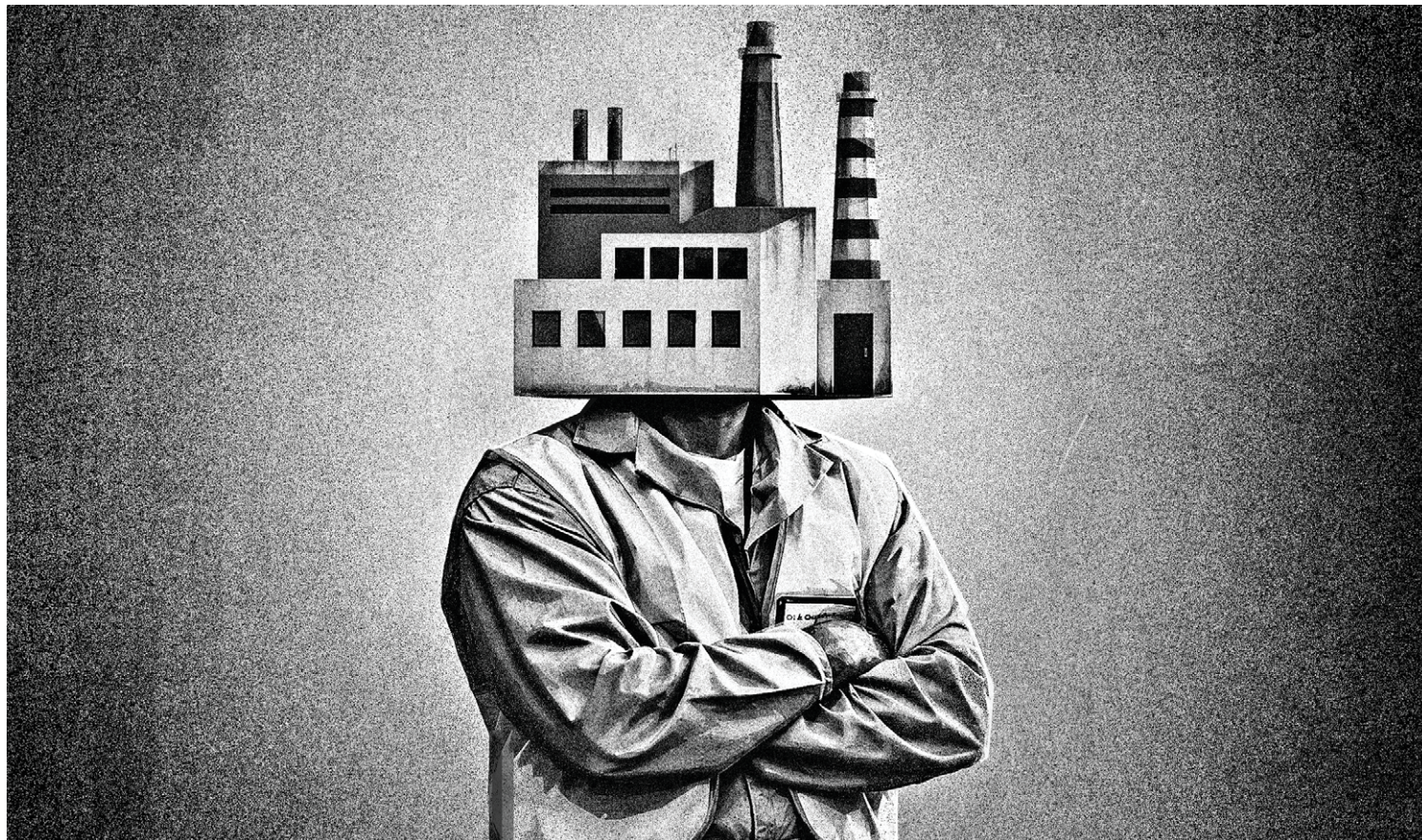
apenas às partes e passa a afetar o próprio ambiente social. Segurança jurídica não significa apenas saber quem vencerá ao final, mas poder contar, em tempo razoável, com uma resposta clara do Estado. Também por isso, a duração do processo importa.

Processo suspenso é audiência que não se realiza, prova que não se produz, sentença que não é proferida, relação jurídica que não é resolvida. Especialmente em matéria de direitos socioeconômicos, o tempo da resposta também integra a própria resposta. A jurisdição não decide apenas quando profere a sentença ou o acórdão. Ela também produz efeitos concretos enquanto a definição não vem.

Próximo de completar um ano de vida, a criança já é capaz de ouvir o próprio nome e, de algum modo, identificar-se nele. É um gesto simples e imenso. Significa: eu sou, eu estou aqui, este é o meu lugar.

A sociedade, contudo, ainda aguarda uma definição sobre milhares de relações de trabalho atingidas pelo Tema 1.389. Espera-se que o Supremo Tribunal Federal diga, com a clareza que só a jurisdição pode oferecer, em que situações a contratação por pessoa jurídica corresponde a uma relação empresarial legítima e em que situações encobre uma verdadeira relação de emprego.

Quanto tempo demora um ano? Depende. Para uma criança, pode ser tempo de descobrir o mundo e começar a reconhecer a si mesma. Para quem aguarda a definição do Tema 1.389, pode ser tempo demais.



Metano: a resposta mais rápida à crise climática



» ADALBERTO MALUF
Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; copresidente da Coalizão Clima e Ar Limpo da ONU e da Coalizão pelo Resfriamento

Agenda do metano, que ganhou centralidade nas discussões do G7 sob a presidência da França, ocupa um espaço cada vez mais estratégico no debate internacional sobre clima e segurança energética, e não por acaso. Responsável por cerca de um terço do aquecimento global desde a Revolução Industrial, o metano (CH₄) tornou-se um dos focos centrais da agenda climática justamente porque sua mitigação produz resultados quase imediatos. Diferentemente do carbono (CO₂), que permanece na atmosfera por séculos, o metano tem vida média de cerca de 12 anos. Isso significa que reduzir suas emissões agora produz efeito climático imediato.

Em meio a um cenário internacional marcado por tensões energéticas, retrocessos na governança ambiental e urgência climática crescente, o metano emerge como um dos poucos pontos de convergência entre velocidade, viabilidade técnica e retorno econômico imediato.

Dados apresentados pela Agência Internacional de Energia reforçam a crescente atenção sobre o tema. Um dos pontos que mais chamam atenção são as emissões fugitivas de metano, um tipo de emissão ainda pouco visível e historicamente subestimado nos inventários globais. Elas são liberadas em operações

de petróleo e gás por venting (liberação direta) e flaring (queima do gás).

O que emerge é um retrato de ineficiência sistêmica: o volume de metano desperdiçado nessas operações chega a cerca de 200 bilhões de metros cúbicos, o dobro do gás natural que passou pelo Estreito de Ormuz em 2025. Um volume que poderia abastecer milhões de residências e indústrias, além de fortalecer a segurança energética de países inteiros, mas que é simplesmente liberado na atmosfera.

Estamos na semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, e um paradoxo é evidente: ao mesmo tempo em que o mundo discute segurança energética e independência de combustíveis fósseis, uma parcela significativa desse recurso é simplesmente liberada na atmosfera.

A boa notícia é que essa é, antes de tudo, uma agenda de soluções já disponíveis. Tecnologias para monitorar, evitar e capturar emissões de metano existem, são acessíveis e, muitas vezes, de baixo custo relativo. Não estamos diante de uma fronteira tecnológica a ser vencida, mas de uma fronteira de governança, regulação e incentivo econômico a ser atravessada.

A experiência internacional recente demonstra, no entanto, que limitar o foco ao setor energético é insuficiente, especialmente para países como o Brasil. No nosso caso, a agropecuária responde pela maior parcela das emissões de metano, cerca de 75,8%, o que reforça a relevância de soluções já em curso: recuperação de pastagens degradadas, melhoramento genético, intensificação sustentável da produção e adoção de tecnologias de manejo mais eficientes. Mitigar metano na agropecuária não significa reduzir produção. Significa reorientar sistemas produtivos com base em ciência e política pública, aumentando produtividade por área e reduzindo a intensidade de emissões por quilo produzido.

Já a gestão de resíduos é ainda mais direta: começa dentro de casa, na separação do lixo, e segue com a coleta seletiva e o tratamento adequado dos rejeitos. A decomposição inadequada dos resíduos orgânicos em lixões e aterros é a segunda maior fonte de emissão de metano no Brasil, correspondendo a 15,9% das emissões nacionais do gás. Ao mesmo tempo, é uma das frentes com maior potencial de resposta rápida e melhor relação custo-benefício.

O resíduo que apodrece num aterro não é apenas um problema sanitário, é energia desperdiçada, emissão evitável e oportunidade econômica ignorada. O Brasil já deu passos importantes nessa direção. Nos últimos anos, o país vem estruturando essa agenda por meio do Plano Clima, do Planar (Plano Nacional de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos) e do Plano Nacional de Fertilizantes. Esses instrumentos sinalizam uma mudança relevante de paradigma: resíduos orgânicos deixam de ser passivos ambientais e passam a ser insumos estratégicos.

O enfrentamento dos lixões também é decisivo. Encerrar esses passivos exige investimento público e coordenação federativa, mas também abre uma oportunidade concreta: utilizar a captura de metano como mecanismo de financiamento para essa transição. Trata-se de transformar um problema ambiental em vetor de solução — e de demonstrar, na prática, que justiça social e ação climática não são agendas separadas.

A centralidade do metano no G7 sinaliza uma mudança importante: a agenda climática passa a priorizar medidas de impacto imediato e alta viabilidade. O Brasil reúne condições para liderar esse movimento e se posicionar na linha de frente da ação climática global.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Pela sabedoria humana

A Magnífica humanitas não fala apenas para os 1,4 bilhão de católicos no mundo, fala para qualquer pessoa que acredite que o ser humano não pode ser reduzido a dado, a usuário, a perfil de comportamento, a insumo de treinamento. E essa crença não exige fé religiosa: exige apenas que se leve a sério a pergunta sobre o que nos faz humanos. "Desarmar não significa recusar a tecnologia, mas impedir que ela domine a humanidade", diz o texto. Há uma coragem intelectual rara na decisão de Leão XIV de fazer da inteligência artificial (IA) o tema central de sua primeira encíclica.

Como estrelas, os papas costumam introduzir seus pontificados com documentos cristológicos ou eclesiológicos sobre Cristo, sobre a Igreja. Leão XIV escolheu falar sobre algoritmos, sobre trabalho precário digital, sobre armas autônomas, sobre transhumanismo e pós-humanismo, sobre o risco de que a busca por otimização substitua a busca por sentido. É um gesto de leitura fina da história: reconhecer que o maior desafio pastoral do século 21 não é a secularização em si, mas a substituição silenciosa do humano por métricas de eficiência.

A encíclica critica explicitamente o transhumanismo, ideologia cada vez mais influente nos centros de poder do Vale do Silício de que o ser humano deve e pode ser superado por versões tecnologicamente aprimoradas de si mesmo. Para Leão XIV, a humanidade, mesmo "ferida", "não deve ser substituída nem superada". É uma frase simples que contraz diretamente o discurso de figuras como aquelas que investem bilhões na promessa de imortalidade digital, de uploads de consciência, de fusão entre humano e máquina. A Igreja diz não. E diz com argumentação filosófica, não apenas com dogma.

O Brasil é um caso de estudo singular nesse debate. País de dimensões continentais, com uma das maiores populações do mundo, somos simultaneamente grandes consumidores de tecnologia e grandes produtores das desigualdades que a IA pode aprofundar. Já temos algoritmos decidindo sobre concessão de crédito, sobre candidaturas em processos seletivos, sobre monitoramento de periferias urbanas, muitas vezes sem transparência, sem recurso e sem que as populações afetadas sequer saibam que uma máquina está tomando decisões sobre suas vidas.

A Magnífica humanitas chega, portanto, num momento em que o Brasil precisa de parâmetros éticos para a própria política de IA. O Marco Legal da Inteligência Artificial tramita no Congresso, as pressões de empresas contrárias à regulação são intensas, e a sociedade civil ainda não conseguiu articular com força suficiente uma visão de IA que proteja direitos fundamentais. Um documento que mobilize a base cristã do país, a maior base religiosa de uma nação majoritariamente cristã, em torno de princípios como dignidade humana, bem comum e recusa da escravidão digital pode ter um peso político concreto.

Seria desonesto, neste espaço que preza pela honestidade intelectual, não registrar também as tensões inevitáveis do documento. A Igreja que assina essa encíclica é a mesma que demorou séculos para reconhecer seus crimes históricos, que ainda enfrenta crises de credibilidade profundas ligadas a escândalos de abuso. A crítica ao poder tecnológico ganha força moral quando vem de uma instituição que pratica, internamente, os valores que professa externamente. Esse é um projeto inacabado.

Há também a questão da implementação. Encíclicas são documentos de orientação moral, não de regulação técnica. Nenhuma lei será promulgada pela Magnífica humanitas. Nenhuma corporação será obrigada a mudar seus termos de serviço. O poder da Igreja nesse campo é o poder da palavra, e o poder da palavra, nas condições atuais de fragmentação da atenção e desinformação algorítmica, é um poder real, mas limitado. Inspira legisladores, ativa consciências, fortalece movimentos, mas esse documento depende de atores concretos para se traduzir em mudança.

Ainda assim, registramos aqui o que julgamos ser o mérito central da iniciativa: Leão XIV fez a pergunta certa. Não perguntou "como podemos usar a IA para crescer?", como perguntam os governos. Não perguntou "como podemos monetizar a IA de forma sustentável?", como perguntam as corporações. Perguntou "o que a IA faz com o ser humano? E o que queremos que o ser humano seja?". Essas são as perguntas que a civilização técnica sistematicamente evita, porque suas respostas honestas perturbam os modelos de negócio vigentes. "A IA não é neutra."

Num mundo em que a velocidade do desenvolvimento tecnológico superou a capacidade das instituições políticas e jurídicas de acompanhá-lo, é surpreendente — e bem-vindo — que a mais antiga instituição ocidental ainda em funcionamento seja a que chama ao freio, à reflexão e ao cuidado com os que ficam para trás. Não é pouco. É, talvez, exatamente o que a época exige. A Magnífica humanitas não vai parar a corrida da IA. Mas pode ajudar a estabelecer, com uma linguagem que atravessa fronteiras culturais e seculares, que existe algo que não deve ser colocado à venda, otimizado por gradiente descendente ou substituído por eficiência computacional: a dignidade de cada ser humano. Enquanto houver quem faça essa pergunta — seja num laboratório de ética, seja num Parlamento, numa sala de aula ou numa sala sinodal do Vaticano —, há esperança de que a escolha que o papa descreve ainda seja possível. A cidade ainda pode ser construída.

» A frase que foi pronunciada

"Estruturas legais robustas, supervisão independente, usuários informados e um sistema político que não se exima de sua responsabilidade".

Papa Leão XIV, sobre a inteligência artificial

» História de Brasília

Mas esteve em Brasília o sr. Afonso Almiro. Diretor Geral da Fazenda Nacional, que, façamos justiça, resolveu em pouco tempo a questão em torno de uma verba que poderia não ser recebida. (Publicado em 20/5/1962)